
Brasil: mulheres atingidas por barragens - mudanças nos modos de vida

A construção de usinas hidrelétricas no Brasil é marcada pelo desrespeito ao meio ambiente e à sociedade, sobretudo o desrespeito às populações atingidas, que vêem seus modos de vida se alterar drasticamente e, em nome do “desenvolvimento da sociedade capitalista”, se anular. No nosso país já foram construídas mais de 2.000 barragens que expulsaram mais de 1 milhão de pessoas de suas terras. Projetos do governo federal prevêem a construção de mais de 1.443 barragens nos próximos 20 anos; são obras que trazem consigo a falsa promessa de geração de emprego e desenvolvimento, de respeito à natureza, de energia mais barata para o povo e de garantir os direitos de indenizações das famílias. No entanto, o que temos vivenciado é o controle das barragens por multinacionais, a geração de poucos empregos, a energia mais cara para os trabalhadores e o não pagamento de indenizações.

Ou seja, há uma ditadura instalada contra o povo que vive na beira dos rios. E não são apenas impactos concretos e materiais, como o alagamento de florestas, cidades, escolas, casas, mas também impactos imateriais e afetivos, pois com a perda do vínculo espacial, perdem-se também os laços familiares, a vivência com a comunidade e a referência da vizinhança, entre outros que atacam diretamente o “sentimento”, acarretando sérios danos à saúde e ao bem estar das populações atingidas.

Mudanças de hábitos e inferências econômicas

Não poderemos atribuir aos projetos de barragens a responsabilidade integral pela desigualdade nas relações de gênero, mas eles alteram as condições preexistentes e tendem a agravá-las. A sociedade capitalista e patriarcal é reforçada pela ação das empresas em iniciativas locais (onde a barragem está sendo ou foi construída) e estruturais do modelo capitalista.

O anúncio da construção das usinas traz diferentes reações de comportamento entre mulheres e homens. Na maioria das vezes verifica-se que as mulheres têm forte resistência em sair do território e não conseguem assimilar a possibilidade de mudanças daquele espaço. Já alguns homens se convencem com mais facilidade e vêem a possibilidade de ganhar compensação financeira ao sair do local. Um dos fatores que justificam isto é que, historicamente, os homens vinculam-se às atividades que geram ou movimentam recursos financeiros (dinheiro), ao contrário das mulheres.

Por residirem em áreas rurais, a maioria das atingidas pelas barragens mantém uma relação próxima com a terra. Usam os recursos da natureza principalmente para a alimentação, mas também usam outros bens destinados ao consumo da família, como chás, energia da lenha para cozinhar e aquecer, etc. Neste sentido, as mulheres são as principais vítimas da degradação ambiental, que implica em perdas imensuráveis para comunidades que dependem da natureza para sobreviverem.

Isso se comprova pelo dado de que 70% das famílias atingidas por barragens no Brasil não receberam indenização e nos poucos casos de reconhecimento dos direitos, a nova área é muito menor que a anterior. Sendo assim, as mulheres acabam perdendo seu espaço de produção

camponesa e de autonomia. Perdem a horta ou quintal, a área de produção variada de alimentos (árvores frutíferas, ervas medicinais e animais domesticados), a área de experimentação e conservação de sementes, de complementação da renda e enriquecimento da dieta nutricional das famílias, espaços onde elas definiam o que plantar, como plantar, que sementes cultivar, etc.

Essa mudança não implica apenas na perda deste espaço de poder e decisão da mulher, mas no aumento da sua dependência econômica com relação ao mercado e à farmácia, por exemplo. As comunidades que antes da barragem mantinham a relação com a natureza como um fator fundamental para a continuidade dos seus estilos de vida, no novo contexto, as mulheres são as maiores prejudicadas e tendem a sofrer tais impactos negativos com maior intensidade.

O processo de esvaziamento das comunidades que “sobraram” e não foram atingidas pelo enchimento do lago, tem como consequência a perda dos elos familiares, das relações de vizinhança e o esvaziamento dos espaços de encontro comunitário, como a igreja. Ao passo em que as comunidades se esvaziam, escasseia-se o serviço de transporte público, fecham-se as escolas rurais e os sistemas locais de atendimento à saúde. Assim, pode-se imaginar o impacto sobre a vida das mulheres, uma vez que recai sobre elas a provisão do cuidado com a família, com as crianças, idosos, portadores de necessidades especiais, etc. Com a escassez e, muitas vezes suspensão, dos serviços públicos de transporte a mobilidade das mulheres, e possivelmente o acesso ao emprego, estudo e lazer, se torna mais difícil.

Estas populações foram expropriadas, não somente no sentido jurídico. Estas pessoas que vivem dos rios e nas margens deles perderam as suas condições materiais de trabalho e foram desenraizadas, transplantadas geograficamente e culturalmente, expropriadas de um saber e de uma sintonia com o meio físico, a sua vizinhança, com valores “abstratos”, porém de grande importância sentimental e principalmente referencial, os quais jamais serão reconstruídos, nem podem ser medidos pelo dinheiro.

Relações afetivas e a saúde da mulher

O empobrecimento e o trauma com a ruptura social das comunidades têm um efeito mais severo sobre as mulheres, principalmente no que se refere às relações afetivas e de saúde. Em alguns casos, o empobrecimento gerado pelo deslocamento compulsório das pessoas e a chegada truculenta dessas grandes obras, aumentam os desentendimentos, a desestruturação familiar, o abandono das famílias e a migração masculina para as áreas urbanas, elevando o número de casas chefiadas por mulheres, que passam a arcar sozinhas com toda a responsabilidade da criação dos filhos. O aumento da violência doméstica, decorrente do alcoolismo, é outro efeito agravado pela desestruturação das famílias e o empobrecimento.

Quanto à saúde, normalmente a administração da casa e o bem estar da família é de responsabilidade da mulher. É ela que controla o que tem e o que está faltando, e visualiza a necessidade de “poupar” os recursos disponíveis para garanti-los por mais tempo. Isso se reflete na sua situação nutricional, pese o fato de que os padrões culturais, em diversas regiões do país, reproduzem a desigualdade entre os gêneros quando da distribuição do alimento no interior das famílias. Em algumas pesquisas, constatou-se que era recorrente a distribuição desigual dos alimentos entre homens e mulheres na família, especialmente em situações de maior escassez, como ocorre depois da chegada das barragens. “Às mulheres e meninas é atribuída uma menor porção ou são excluídos alguns alimentos considerados mais “fortes” (carne, por exemplo), uma vez que seu trabalho é considerado “leve”, exigindo “menor reposição de energia”.

Ainda quanto à saúde das mulheres, a chegada de operários de outras regiões e estados para a construção da barragem e a conseqüente urbanização da região são fatores que podem elevar o nível de doenças sexualmente transmissíveis, especialmente a AIDS. Além disso, ocorre o aumento de casos de gravidez de adolescentes, que ficam sozinhas logo em seguida, já que depois da construção da barragem os rapazes procuram outro trabalho em outro lugar.

Se não bastasse essas relações “ocasionais”, uma das estratégias utilizadas pelas empresas é a contratação de rapazes para seduzir as moças e assim, aproximar-se das famílias com o objetivo de convencê-los a sair pacificamente da comunidade e a não participar das atividades propostas pela organização dos atingidos por barragens. Outra constatação é a instalação de “negócios da prostituição”, popularmente conhecidos como “zonas”, próximo ao canteiro de obras da barragem ou junto ao alojamento dos trabalhadores. Essa estratégia das empresas tem o objetivo de “entreter” os operários, que estão longe de suas famílias a bastante tempo. Em alguns casos, há a mercantilização do corpo das mulheres com a venda de adolescentes para a prostituição, podendo até influenciar e facilitar o tráfico internacional de mulheres.

Os fatos pontuados acima não esgotam as perdas femininas em decorrência das construções de barragens, são inúmeras as conseqüências sofridas pelas mulheres, o nosso objetivo é colocar a discussão em pauta, trazendo à tona questões que atingem diretamente às mulheres e que ao longo dos tempos foram relegadas ao esquecimento, levando as questões de gênero a uma certa invisibilidade. É possível que além dessas, muitas outras questões estejam em aberto para serem investigadas e tomadas para análise e aprofundamento, para o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos no processo de transformação social.

Por Movimento dos Atingidos por Barragens – Brasil, enviado por Setor de Comunicação – MAB, correio electrónico: imprensa@mabnacional.org.br, www.mabnacional.org.br